PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Estado do Espírito Santo Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959 Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152 CNPJ: 27.165.604/0001-44

LEI N $^{\circ}$ 1.176, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023.

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE APIACÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁ, Estado do Espírito Santo faz saber que o Poder Legislativo do Município de Apiacá - ES aprovou e o Chefe do Poder Executivo sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Apiacá - ES, para o exercício-financeiro de 2024, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 33.600.000,00.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos

Correntes e de Capital, na forma da Legislação regunamentos:	RS	37.651.000,00
	R\$	2.008.000,00
- Receitas Impostos, Taxas e Contribuição de Melloria	R\$	450.000,00
Receitas de Contribuições	R\$	85.000,00
- Receita Patrimonial	R\$	0,00
- Receita Agropecuária	R\$	0,00
- Receita Industrial	R\$	0,00
- Receitas de Serviços	R\$	35.088.000,00
- Transferências Correntes	R\$	20.000,00
Outros Paceitas Correntes	R\$	(4.061.000,00)
- (-)Dedução FUNDEB – Receitas Correntes	R\$	10.000,00
D 't - de Conital	R\$	0,00
Operações Intraorçamentarias	R\$	0,00
-Receita de Contribuições – Operações Intraorçamentárias	R\$	33.600.000,00
Total Geral		The latest and the

Art. 3º A Despesa fixada à conta das Receitas acima relacionadas, observará a programação constante dos anexos que compõe este Orçamento, conforme Legislação vigente especificada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa e Projetos/Atividades, ficando o Poder Executivo autorizado a executá-la na forma prevista nesta Lei.

1.	. 7		VALOR
Função	Descrição da Função	R\$	1.458.000,00
01	Legislativo	R\$	6.481.498,18
04	Administração	R\$	23.500,00
06	Segurança Pública	R\$	2.473.200,00
08	Assistência Social	R\$	1.616.600,00
09	Previdência Social	R\$	8.286.000,0
10	Saúde	R\$	384.100,1
11	Trabalho	R\$	9.596.201,7
12	Educação	R\$	464.800,0
13	Cultura	R\$	238.300,0
15	Urbanismo	R\$	6.000,0
16	Habitação	R\$	282.800,0
17	Saneamento	TC#	



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959 Estado do Espírito Santo Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152 CNPJ: 27.165.604/0001-44

II W		7	
Cro de		R\$	259.800,00
18	Gestão Ambiental	R\$	3.000,00
19	Ciência e Tecnologia	R\$	659.400,00
20	Agricultura	R\$	464.000,00
25	Energia	R\$	136.800,00
27	Desporto e Lazer	R\$	266.000,00
28	Encargos Especiais	R\$	500.000,00
99	Reserva de Contingência	R\$	33.600.000,00

DESPESA POR ÓRGÃO	R\$	1.700.000,00
Poder Legislativo	R\$	1.700.000,00
- Câmara Municipal de Apiacá	RS	31.900.000,00
Poder Executivo	R\$	386.800,00
Calinata do Prefeito	R\$	57.000,00
- 1 de Controle Interno	R\$	1.895.973,30
Sacretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Deservi-	R\$	3.961.724,98
· Manieinal de Administração	R\$	2.473.200,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	R\$	8.286.000,00
Secretaria Municipal de Saude	R\$	9.596.201,72
Sacretaria Municipal de Educação	R\$	136.800,00
: Maniginal de Esporte e Lazei	R\$	464.800,00
Sacretaria Municipal de Arte, Cultura e Turismo	R\$	664.400,00
· Mariainal de Agricillilla	R\$	3.870.100,00
Sacretaria Municipal de Obras e Atividades Ordanas	R\$	83.000,00
Sanatoria Municipal de Meio Ambiente	R\$	24.000,00
- Secretaria Municipal de Comunicação Social	R\$	33.600.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de Março de 1964, em realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167, III da Constituição Federal e Resolução do Senado Federal, com prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 5º Fica o Poder Executivo, Legislativo e Autarquias Municipais consolidadas no Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Apiacá, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o limite estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO, para reforço de Dotações orçamentárias, de acordo com o art. 7°, I da Lei Federal nº 4.320, utilizando como fonte de recursos as definidas no Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e recursos de Convênio, conforme parecer consulta do TCEES 028 de 08 de julho de 2004.

Art. 6º Não oneram o limite de abertura de crédito adicional suplementar estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, os seguintes casos:

I – as suplementações e ou remanejamento de dotações efetuadas dentro de uma mesma categoria econômica da despesa, independentemente da fonte de recurso prevista para a despesa;

 II – as suplementações utilizadas para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais insuficientemente dotados, independentemente da natureza e fonte de recursos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ



Estado do Espírito Santo Município criado pela Lei 1.405 de 16/08/1958 e instalado em 29/01/1959 Alameda Dr. Moacyr Tardin de Figueiredo, s/nº, centro - Apiacá/ES - CEP: 29.450-000 ☎(28) 3557-0152 CNPJ: 27.165.604/0001-44

 III – as suplementações ou remanejamentos efetuados utilizando como fonte de recursos os convênios, conforme Parecer Consulta TCEES Nº. 028/2004;

 IV – as suplementações com recursos diretamente arrecadados, quando se referirem a remanejamento ou utilizarem como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit

V - as suplementações de dotações referentes ao pagamento da dívida pública, de financeiro: precatórios e de sentenças judiciárias, destinados como contrapartida de convênios, acordos e ajustes;

VI – as suplementações de dotações efetuadas dentro de uma mesma ação de governo.

- Art. 7º O pagamento do serviço da dívida e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.
- Art. 8º O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo, instituições privadas, associações e cooperativas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.
- Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, autorizado a realizar a concessão de ajuda financeira a título de contribuições e subvenções, às entidades que atendam aos requisitos da referida Lei.
- Art. 10. O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização das despesas, fixando medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, inclusive através de uma programação financeira, a fim de obter o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.
- Art. 11. Fica adequado os programas, metas e ações previstas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, com a programação orçamentária constantes nos anexos da presente Lei, de modo a compatibilizar as ações governamentais da administração às necessidades e prioridades da população.
- Art. 12. Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Apiacá/ES, 22 de dezembro de 2023.

FABRÍCIO GOMES THEBALDI Prefeito Municipal